

# Odebrecht diz que lista era para campanha

Rio — Os advogados da Noberto Odebrecht, José Carlos Dias e Nélcio Machado, negaram ontem, no Rio, que a empresa lidera um cartel de empreiteiras com o objetivo de liberar verbas do Orçamento da União para a execução de obras públicas. Eles disseram ainda que apesar de não terem em mãos cópias das listas envolvendo deputados e senadores, o documento se refere a nomes que a empresa estaria estudando para apoiar financeiramente na eleição de 1994, pois o grupo está fechando seu orçamento este mês para 1994.

José Carlos Dias disse que a afirmação de que a empresa estaria comprando parlamentares não é verdadeira. Para ele, a lista de políticos não está com-

pleta e ainda deveria receber mais nomes, pois a empreiteira estava discutindo internamente quem iria apoiar financeiramente na eleição de 1994. Na sua opinião, tudo estava sendo feito dentro da lei, que permite contribuições para candidatos. “Os critérios para a escolha de nomes por parte da Odebrecht são a honradez, representatividade e competência, sem discriminação em termos ideológicos ou partidários”, disse Dias.

Segundo o advogado, os políticos que teriam o apoio da empresa precisariam ter um perfil liberal, em defesa da livre iniciativa, em favor da propriedade privada e da privatização. “Se me dissessem que a empresa estaria contribuindo para candidatos que trabalhassem contra a propriedade privada e fossem estatizantes, aí sim seria suspeito e pareceria que a empresa desejava comprar o candidato”.

Ao ser questionado se o fato de o nome de o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) estar incluído na lista não era contraditório em relação aos critérios apontados pela empresa para

definir o apoio, o advogado disse que todos reconhecem que Arraes é uma pessoa séria, e que talvez a empresa estivesse pensando em contribuir também para candidatos com outro perfil, para mostrar que não há “preconceito rígido”. E acrescentou: “Esse gesto em apoiar uma pessoa que não é privatista poderia ser entendido como engrandecedor para a empresa”.

Machado disse que a empresa está à disposição da CPI, da Justiça e da polícia para todas as explicações necessárias ao esclarecimento da sociedade, pois ela se inclui em atos lícitos e não nas transgressões. O advogado Dias negou e disse que considerava um absurdo que o diretor da empresa Ailton Reis tenha oferecido um milhão de dólares ao delegado Magnaldo Nicolau, da PF de Brasília, para que os documentos não fossem apreendidos em sua casa. Também considerou absurda a informação da existência de uma carta que teria sido escrita pelo deputado Miguel Arraes e endereçada a Ailton Reis, pedindo um adiantamento de 30 mil dólares.